

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MAURÍCIO FABIANO BIESEK

POLÍTICAS PÚBLICAS E AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DO CAMPO
NO VALE DO RIBEIRA PARANAENSE

MATINHOS
2011

MAURÍCIO FABIANO BIESEK

POLÍTICAS PÚBLICAS E AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DO CAMPO
NO VALE DO RIBEIRA PARANAENSE

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização em Educação do Campo, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de especialista.

Orientador: Judson Gonçalves de Lima

MATINHOS
2011

POLÍTICAS PÚBLICAS E AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DO CAMPO NO VALE DO RIBEIRA PARANAENSE

Maurício Fabiano Biesek¹;
Judson Gonçalves de Lima².

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo descrever as experiências com relação as políticas públicas promovidas pelo Estado e a sociedade civil e suas interações com os movimentos do campo, através de suas organizações formais e informais. Pretende-se investigar quais as contradições enfrentadas por aqueles que compõem estas estruturas sociais e se dentro de um mesmo grupo ocorrem disputas, através do capital simbólico designado aqui como o “poder”, e de que maneira expressam suas divergências de posicionamento e trabalho. A metodologia utilizada foi a pesquisa de caráter qualitativo e etnográfico, de observação simples *in-loco*, descritiva e não controlada e entrevistas informais com integrantes das comunidades entre os meses de agosto de 2008 e dezembro de 2010. As condições materiais dos grupos sociais demonstraram que as políticas públicas nem sempre chegam aos cidadãos que apresentam uma condição sócio/econômica fragilizada contribuindo para que continuem a parte do processo reivindicativo destas políticas, da organização dos grupos, e por fim, da expressão de fato da cidadania.

Palavras-chave: agricultura familiar, sustentabilidade, cidadania, grupos sociais.

¹ Educando do Curso de Especialização em Educação do Campo-EaD, Universidade Federal do Paraná, Pólo UAB de Paranágua, e-mail:mfbiesek@yahoo.com.br

² Educador Orientador, UFPR Litoral.

1 CONTEXTO

O Vale do Ribeira, local onde se desenvolveu a experiência que será relatada a seguir, é considerada uma das regiões mais pobres economicamente do Estado do Paraná (IPARDES 2003), porém, rica em recursos naturais e diversidade cultural. O fortalecimento institucional das comunidades de Agricultura Familiar e Tradicional está associado à luta pela consolidação de políticas públicas que contribuam para a promoção da igualdade socioeconômica, pautada pelo desenvolvimento sustentado na realidade local e que tenham como base a preservação do meio ambiente, a cultura e as formas de reprodução social, propiciando condições materiais de permanência da população no campo.

Segundo FERNANDES (et al., 2004), o campo é o lugar onde as pessoas podem morar, estudar e trabalhar com a dignidade de quem tem o seu espaço para expressar suas atividades e identidade. Não é apenas um ambiente de produção agrosilvipastoril e agroindustrial, do monopólio e da grilagem de terra. É o espaço e território dos agricultores familiares, comunidades tradicionais e seus agentes organizados.

Assim, o presente trabalho se baseia em atividades desenvolvidas entre 2008 e 2010, através de projetos do programa Universidades Sem Fronteiras – USF que tinham como proposta o desenvolvimento da agricultura familiar, em conjunto com a Secretaria de Estado, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI, Universidade Federal do Paraná - UFPR, Instituto Agroecológico – I.A., Prefeitura Municipal de Adrianópolis, Associações das comunidades de agricultura familiar dos municípios de Adrianópolis, Doutor Ulysses, Itaperuçu e Bocaiúva do Sul no Vale do Ribeira Paranaense.

Esta composição de trabalho foi possível devido a realidade da região que remete ao cenário de pobreza, induzindo a desconfiguração do campo através da falta de reconhecimento de posse da terra, orientação técnica deficitário, crédito rural de difícil acesso, mão de obra cedida temporariamente a terceiros e educação

com referência na modernidade urbana, desencadeando em vastos problemas de concepção e práticas de desenvolvimento local e regional.

Outro fator que contribuiu para a realização do presente trabalho foi a efetivação de políticas públicas no ano de 2008, desenvolvidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA – o qual incluiu a região do Vale do Ribeira no Programa Territórios da Cidadania, o que significou a implementação de ações de desenvolvimento territorial e local, articulando o governo federal, estadual, municipal, e setores da sociedade civil através da Política Nacional de Assistência Técnica e extensão Rural (PNATER, 2004).

Desde então uma série de políticas articuladas entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) Ministério da Pesca e da Aquicultura (MPA), Secretaria Nacional de Política para Mulheres, Ministério do Trabalho e Emprego – através da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), Ministério do Meio Ambiente – através do Fundo nacional de Meio Ambiente (FNMA); Nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER); Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMPR); Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar (PRONAF); Territórios da Cidadania; Programa compra direta, entre outros órgãos e ações - têm sido desenvolvidas no âmbito das organizações dos trabalhadores rurais, no sentido de orientar o desenvolvimento do território a partir da organização do trabalho coletivo na produção, na organização da representação dos interesses coletivos, redes solidárias de produção e comercialização, engajados à necessidade de viabilizá-los econômica e socialmente, bem como concretizar a idéia de que através da cooperação podem viver dignamente no campo.

Assim, as formas organizativas são pensadas a partir da idéia de cooperação agrícola e social, seja ela, coletiva, semi-coletiva, associações, entre outras. Nessa conjuntura também são desenvolvidas políticas estratificadas, as quais buscam contribuir com a organização das comunidades do campo.

Desde então iniciativas decorrentes desta pauta tem sido executadas na região e associadas ao acesso a financiamento do Estado e aproximação a políticas públicas de inclusão social e distribuição de renda. É nesse panorama que se desenvolve o envolvimento das formas organizacionais das comunidades.

A construção das políticas públicas desenvolveu-se por debates e encontros da população do campo, de maneira informal e formal, onde as convergências de ideais e de necessidades e anseios mostravam-se comum em seus aspectos práticos de reivindicar pautas de desenvolvimento que atrelassem a melhoria dos serviços públicos prestados pelos diversos agentes governamentais. Envolveu-se as unidades familiares, dando voz às comunidades, trazendo a tona à importância dos grupos sociais na preservação da cultura, dos valores, do meio ambiente e na forma de entender o mundo e a realidade que o cerca que muito tem a contribuir para as futuras gerações, valorizando as pessoas que usufruem e criam perspectivas de que no campo é possível viver dignamente.

Além disso, a transformação através da quebra de paradigmas é orientada na crítica, na relação orgânica com as pessoas e entidades, e trazida pela abordagem sistêmica, a partir da relação com a terra, local onde plantam, vivem e propõem condições materiais de continuidade, pensando Agroecologicamente e visando, reconhecer as características intrínsecas de cada comunidade (ALTIERI, 1989).

O objetivo desta experiência foi observar como as políticas públicas se relacionaram com as comunidades, através de suas organizações, e se sua execução (implementação, reivindicação pelas organizações e devolutiva pelo Estado) dialóga com as pessoas que compõem estas iniciativas coletivas.

2 DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Este relato foi possível, pelo engajamento e a abertura dada pelas comunidades que compõem estes municípios, bem como, a estrutura cedida pela Associação Instituto Agroecológico e seus parceiros, Secretária de Estado Ciência,

Tecnologia e Ensino Superior - SETI, Universidade Federal do Paraná - UFPR, Prefeitura Municipal de Adrianópolis, organizações formais e informais de comunidades de agricultura familiar dos municípios de Adrianópolis, Doutor Ulysses, Itaperuçu e Bocaiúva do Sul.

Os processos decorrentes da reivindicação de políticas públicas construídas pelos agentes do campo e a devolutiva destas políticas pelo Estado e suas implicações na dinâmica de gestão destas organizações sociais do campo, mostraram a necessidade de atender protocolos burocráticos quando se formaliza uma organização, desencadeando, responsabilidades e habilidades que não eram comuns ao meio destas comunidades.

Nas atividades de acompanhamento, observou-se que nas relações antes comum ao grupo social, quando não havia uma organização formal (constituição de uma pessoa jurídica), o diálogo e o trabalho se afinavam politicamente dentro das dificuldades de cada grupo. Porém, quando se formalizou estas organizações na estrutura de gestão hierárquica, principalmente na forma de associações, ocorreu incipientemente uma pequena desmobilização, em virtude da burocracia exigida para funcionalidade destas organizações, da disputa por cargos e representatividade e, por fim, pela defesa de interesses pessoais que perpassavam ao interesse organizativo.

A concepção de organizações associativistas como uma iniciativa dos trabalhadores em gerir os processos de trabalho e apropriar-se do produto surge no século XIX, em um contexto de desemprego e de não-regulamentação do trabalho, semelhante em alguns aspectos ao que vivenciamos. Assim, colocava-se para os trabalhadores a necessidade de transformar as relações sociais de produção baseadas na cooperação subordinada, na apropriação do produto do trabalho e na propriedade privada dos meios de produção (MARX e ENGELS, 1980).

Estas iniciativas autogestionárias de organização e de produção da vida social podem ser observadas há pelo menos dois séculos, assumindo diversas maneiras de se organizar em função das específicas condições materiais sobre as

quais se desenvolveram, e que acontecem até os dias atuais. Os momentos de avanço das lutas sociais provocaram inflexões importantes no movimento autogestionário no decorrer da história, permitindo-nos perceber a possibilidade de superação destas organizações através das relações sociais e do modo de cooperação (HANKE et al., 2010).

Este estudo foi realizado nos municípios a seguir com as respectivas comunidades, Adrianópolis / PR (Córrego do Franco, Estreitinho, João Surá, Porto Velho, São João e Sete Barras); Bocaiúva do Sul / PR (Areia Branca), Doutor Ulysses / PR (Varzeão) e Itaperuçu / PR (Caçador). A metodologia foi constituída por uma pesquisa de caráter qualitativo e etnográfico, de observação simples, descritiva e não controlada – as visitas / encontros ocorreram mensalmente. Foram adotados como instrumentos de pesquisa a observação *in-loco* e a entrevista informal com integrantes das comunidades. A coleta de dados ocorreu através de registros em diários de campo, fotos de atividades realizadas e, posteriormente, a síntese dos dados – entre os meses de agosto de 2008 e dezembro de 2010.

3 CONSIDERAÇÕES A CERCA DOS DESAFIOS E AS POTENCIALIDADES DAS ORGANIZAÇÕES DO CAMPO

Quando se trabalha com organizações do campo, em especial no Vale do Ribeira Paranaense, é perceptível a dificuldade das pessoas que compõem estas, em discernir a diferença e os objetivos das estruturas de organização. Ainda mais quando não fazem parte de nenhuma estrutura coletiva social, seja, de igreja ou de multirões de trabalho.

Partindo de um processo reivindicativo, cobrando cidadania ao Estado, este a devolve na forma de política pública. O engajamento burocrático começa a operar em um primeiro momento a favor das demandas, e em segundo momento contra estas, pois é preciso entender que a cidadania só existe quando o cidadão respeita

e participa das decisões da sociedade para melhorar suas vidas e a de outras pessoas, e não apenas mediante a representação da legislatura em formular as leis.

Deve-se observar atentamente os processos de organização política da sociedade, além da percepção do poder e da capacidade que as organizações rurais têm de se constituir como sujeitos de sua própria história, em tomar decisões e efetivá-las. A observação tenta distinguir os diversos processos de articulação entre diferentes segmentos sociais, assim com os níveis de abrangência destas estruturas organizadas formais e informais, como as associações, cooperativas e sindicatos (SGUAREZI, et al., 2008).

MORAIS (1988), estabelece que as organizações do campo devem objetivar as temáticas que estabelecem as origens da organização do trabalho, comportamento ideológico de estratos emergentes, vícios determinados pelas formas artesanais de trabalho e mecanismos ou instrumentos para combater os vícios das formas artesanais de trabalho. O acúmulo de capital “simbólico” de poucas pessoas perante ao coletivo da comunidade, proporciona domínios que não são acessíveis a todos, por exemplo, se tenha poder sobre técnicas de produção aos quais o restante não tem acesso e nem ao menos abertura para te-las, necessitando recorrer aos que têm o domínio.

O capital simbólico ocorre dentro de um mesmo grupo social fragilizado, porém apresenta estratificações. Alguns, além de dominar técnicas de produção, recebem bolsa família e produzem excedentes para comercialização, outros conseguem produzir para o sustento e recebem a bolsa família, e a base desta estratificação apenas é atendido pelo bolsa família. Quando a política pública chega aos requerentes, a sua inserção na ação e protagonismo é muito baixa, o que acaba mantendo esta relação de estratos e contribuindo para a manutenção das contradições vivenciadas, o que leva a refletir que a maneira que esta políticas são dirigidas encontram uma barreira metodológica a ser enfrentada.

As temáticas propostas por MORAIS (1988), aliadas a conjuntura local, indicam a aplicação de uma pedagogia com fundamentos em práticas dirigidas (contradições

locais) e caracterizada em uma educação não meramente mercantil, voltada a formação de mão de obra para o mercado, ao qual FREIRE (1987), denomina como educação bancária sem interlocução, tendo apenas um agente locutor e um receptor passivo.

Esta maneira de relacionar-se com as comunidades geram vícios que predispõem certo grau de individualismo, personalismo, espontaneísmo, anarquismo, imobilismo, comodismo, radicalismo e autosuficiência, que são mantidos pelos indivíduos que compõem as organizações MORAIS (1988); SOUZA (2002). No entanto, existem maneiras de combatê-los na prática cotidiana, seja pela vigilância e reflexão dos atos, crítica aos meios de formação e reivindicação, e/ou reuniões de posicionamento e monitoramento das ações.

As condições objetivas e materiais desta organização do trabalho estão atreladas às necessidades práticas que representam o acesso ao crédito e a terra, a melhoria da produtividade do trabalho e do meio onde produzem, melhorias da infraestrutura rural (estradas, luz elétrica), e aumento da renda, culminando na prosperidade das condições de vida, cidadania e bem estar material.

Quando partem para a formulação e registro formal estas organizações ganham características de representação/reivindicação, como ocorre na maioria das comunidades estudadas, onde as associações são o principal meio de relacionamento do grupo para com a externalidade do mesmo. Portanto, uma estratégia para iniciar o trabalho na comunidade, seria distribuir as atividades da organização entre o seus integrantes, através da cooperação, dentro das limitações de cada grupo, objetivando alterar as condições precárias que vão desde da falta de implementos para preparo do solo, orientação técnica ausente e recursos financeiros escassos para viabilizar a produção.

Segundo MEISTER (1972), durante o século XIX, além das reivindicações objetivas que aglutinaram os trabalhadores em torno da luta direta contra o modelo de desenvolvimento excludente, o que esteve principalmente em questão foi a inserção dos operários nas unidades de produção do capitalismo industrial. Os

trabalhadores reivindicavam, através do chamado “Direito ao Trabalho”, o direito de participar na organização dos processos de produção da vida material e social, de forma distinta do que se pregava na ideologia burguesa industrial/agrária, vendo o campo como meramente um potencial operário para a industrialização das cidades e favorecimento do êxodo rural.

Estas organizações buscam a partir do saber empírico (comum e ou local), pensar os meios de construção a partir destas experiências, objetivando dar sentido as reivindicações. A experiência é o que eles praticam, o que eles percebem e o que os tocam. A cada dia o volume de acontecimentos é grande, porém as mudanças padecem de acontecer, pois gera-se muita informação, com sujeitos informantes e informados, anulando a possibilidade de experiência, por exemplo, de uma organização social enfrentar os seus contratempos sem a presença de intermediários condicionando a maneira de agir (BONDÍA, 2002).

Podemos afirmar que estas relações tem um caráter educativo, oriundo da participação e engajamento político, dos processos de interação, das intervenções com representantes políticos, sejam do Governo e ou outras organizações, das relações com os mediadores, enfim, como espaço de socialização política, que segundo FERNANDES (1996), é composto pelo momento comunicativo, momento interativo e pelo momento de luta e resistência. Resumidamente o momento comunicativo é o ambiente onde as pessoas se conhecem, constroem o conhecimento, debatem as temáticas do dia-a-dia e resgatam suas trajetórias, sendo o momento da leitura e re-leitura das contradições vivenciadas. O momento interativo presume um conhecimento crítico da realidade, que foi debatido, avaliado e refletido no momento comunicativo.

Para AMORIM (2007), a participação da sociedade civil constitui um pressuposto decisivo para o fortalecimento das instituições políticas e das organizações sociais, uma vez que favorece a competência cívica e a eficácia política, conceitos que se referem à capacidade do indivíduo de influenciar o processo decisório, contribuindo para a construção de uma cidadania plena e de

uma cultura política democrática. Assim, entendem que a democracia não é apenas o ato ou efeito de votar, mas sim, participativamente, criticar, refletir e propor caminhos para os problemas vivenciados, elaborando uma política na qual o Estado reconhece a sua ausência, porém estabelece condições para que esta ausência seja retratada, efetivando este reconhecimento via políticas públicas. Trata-se de uma participação enfática dos cidadãos nos processos políticos, sociais e comunitários e tem como objetivo influenciar as decisões que contemplem os interesses coletivos e o exercício da cidadania.

Esta participação faria sentido através da autogestão, seria o caminho viável, que teria como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano proporcionado aos praticantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. Neste sentido, empenha-se em desenvolver a prática coletiva e individual na economia solidária, distribuindo socialmente o trabalho (SINGER, 2002).

No debate sobre a divisão social do trabalho, várias relações solidárias são estabelecidas nas comunidades em questão. As relações têm como base não apenas a divisão familiar do trabalho, mas também a divisão entre vizinhos e apadrinhados com o principal intuito de garantir o acesso às necessidades mínimas.

(..)A existência de todo o grupo social pressupõe a obtenção de um equilíbrio relativo entre as necessidades e os recursos do meio físico, requerendo, da parte do grupo, soluções mais ou menos adequadas e completas, as quais dependem da eficácia e a própria natureza daquele equilíbrio (..)(CANDIDO, 1975, p.23.).

Ou seja, o preceito básico de organização seria sinergir forças sem subtrair a existência de outrem, com usufruto de métodos que atendam a dinâmica das organizações, além ao exposto pelo modelo convencional de gestão hierárquica, fruto de sua relação com outros movimentos sociais do campo e de organizações

que buscam contribuir com o fortalecimento de uma nova gestão de participação – apoiados pelas ferramentas governamentais que se pautam sobre os princípios da Economia Solidária, Agroecologia e Autogestão.

Esta perspectiva metodológica se faz enquanto práxis de libertação, em um movimento permanente de ação-reflexão-ação, parte do diagnóstico da realidade local e global, realizando a reflexão teórica num movimento de produção coletiva do conhecimento que visa contribuir na transformação da realidade, em ações concretas do ponto de vista político, educativo-cultural e econômico (VIERA, 2006).

Trata-se, portanto, de uma metodologia de atuação em redes solidárias, contendo os pressupostos: horizontalidade, dialogicidade, complementaridade de saberes e experiências, valorização da diversidade, acolhimento do outro em sua singularidade, o conhecimento a serviço da transformação social conectado ao processo de mobilização, a permanente problematização da realidade, produção e ressignificação do conhecimento e experiência em suas múltiplas relações inter e intra-disciplinares; inter e intra-culturais. Nesta perspectiva, o acúmulo das experiências da educação popular no campo, devem ser ressignificadas e recriadas, sempre levando em conta que o desafio são as dimensões da subjetividade humana.

CONCLUSÃO

Apesar dos embates ocorrentes nesta organizações e das contradições enfrentadas, isso não estabelece um cenário pessimista, pois as pessoas envolvidas são comprometidas politicamente para a mudança social mesmo após anos de frustrações e submissões.

Entender que as formas burocráticas de gestão as vezes tem por princípio inviabilizar o acesso a recursos técnicos e econômicos pelas organizações do campo.

Desta forma espera-se contribuir para a reflexão das organizações do campo no que tange os aspectos de gestão e singularidade de seus componentes na dinâmica de trabalho e entendimento das finalidades de suas organizações. Partindo da premissa da análise de conjuntura ao qual estão inseridos, a inserção deles no contexto local, regional e nacional, facilitando a reflexão das contradições por eles vivenciadas.

Aos agentes governamentais, a participação efetiva do Estado na promoção da cidadania, sendo facilitador e crítico na mudança social, estabelecendo condições que atendam a realidade sem desperdício de recursos públicos.

Referências

ALTIERI, M. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

AMORIM, M.S.S. Cidadania e participação democrática. **Anais** do II Seminário Nacional dos Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Florianópolis, 2007. p.366-379.

BONDÍA, J.L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de educação**. Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, jan./abr., 2002.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 3 ed. São Paulo: Duas Cidades, 1975. 284 p.

FERNANDES, B.M. Diretrizes de uma caminhada. In: ARROYO, M.G; CALDART, R.S.; MOLINA, M.C. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 133-145.

FERNANDES, B.M. **MST**: formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ed. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1987.

HANKE, D.; BIESEK, M.F.; SILVA, R.W. & WINK, B.R. A contribuição da economia solidária para o fortalecimento das comunidades tradicionais Quilombolas do Vale do Ribeira Paranaense. **Anais** do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional de Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Florianópolis, 2010. p.1965-1978.

IPARDES. Vale do Ribeira – referências da dinâmica regional, 2003.

MARX, K. & ENGELS, F. **Sindicalismo**. 2.ed. São Paulo: CHED, 1980.

MEISTER, A. Quelques aspects historiques de l'associationnisme en France. In.: Vers unisociologie des associations. Paris: **Les Editions Ouvrières**, p.49-108, 1972.

MORAIS, C.S. **Elementos sobre a teoria das organização**. Edições IATTERMUND. Brasília, 1988.

PNATER. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, DF: SAF; Dater, 2004.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SGUAREZI, S.B.; BORGES, J.L. & ZART, L.L. Economia solidária e educação: uma experiência interinstitucional entre a UNEMAT e o município de Tangará da Serra-MT. **Artigos do II Congresso da Rede de ITCPs**. São Paulo, 2008.

SOUZA, M. A. Processos educativos e organização de formas cooperativas de produção em assentamentos rurais do MST. **Revista Educação Temática Digital**, Campinas, v.4, n.1, p.78-96, dez 2002.

VIEIRA, P.H.F. Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo. Revista EISFORIA, número especial. Ano 4. Volume 4. **Desenvolvimento Territorial Sustentável – conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos**. UFSC, 2006.